

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Socializando a Administração. Um curto caminho para se ir mais longe.**

Ana Cristina Porto Fabres.

Cita:

Ana Cristina Porto Fabres (2009). *Socializando a Administração. Um curto caminho para se ir mais longe. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/667>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Socializando a Administração**

## **Um curto caminho para se ir mais longe**

**Ana Cristina Porto Fabres**

*Graduada em Administração de Empresas/UFPEL*

*Pós-graduanda no Curso de Especialização em Sociologia e Política do Instituto de Sociologia e Política (UFPEL)*

*cristinafabres@bol.com.br*

### **Resumo**

Historicamente o capitalismo condena uma grande parcela da população mundial a viver as margens da sociedade. Para tentar frear este processo de marginalização animadores sociais incentivam o trabalho coletivo como caminho para a inclusão social. Este artigo tem como objetivo demonstrar como a Administração pode auxiliar sociólogos e cientistas sociais a promoverem a inclusão social e a emancipação, aceitando o desafio de Boaventura de Souza Santos.

Palavras-chave: animadores sociais, trabalho coletivo, inclusão.

## **Resumen**

Históricamente el capitalismo condena una gran parte de la población mundial a vivir en las márgenes de la sociedad. Para intentar frenar este proceso de marginalización, animadores sociales incentivan el trabajo colectivo para la inclusión social. Este artículo tiene como objetivo demostrar como la Administración puede auxiliar a sociólogos y asistentes sociales a promover la emancipación aceptando el desafío de Boaventura de Souza Santos.

Palabras llaves: animadores sociales, trabajo colectivo, inclusión

## **CAPITALISMO E DESIGUALDADES**

Capitalismo, segundo Quijano (2005:508) “é um termo que designa o conjunto do sistema de articulação dos modos de produção sob o domínio do capital”. As formas de exclusão – marginalização – se mostram nas constantes reorganizações dos modos de produção dentro deste sistema. Assim, tão rápido quanto à produção capitalista muda suas formas em busca de acumulação de lucros a sociedade altera suas estruturas e suas relações sociais.

Sob influência das descobertas científicas e tecnológicas a sociedade se estrutura e se desestrutura conforme os interesses do capital – que avança desenhando um território globalizado. O desenvolvimento econômico sempre foi baseado no conhecimento ou, cada vez mais num maior conhecimento, contudo em diferentes épocas gera diferentes processos, reconfigurando as estruturas sociais. Porém é preciso separar as mudanças ocorridas pela transformação tecnológica das relações de produção capitalista (Castells, 1999:263).

Ainda que sob análise histórica separadas, as transformações tecnológicas não proporcionaram igualdade social, nem política ou econômica. Ao contrário as ciências e tecnologia acentuaram tais desigualdades e contribuiram para a precarização do trabalho.

As desigualdades sociais e políticas na América Latina resultam de processos histórico-estruturais das sociedades nas relações assimétricas sob diferentes formas, dos modos de produção e reprodução social e dos modos de desenvolvimento adotados pelos governos (Estenssoro, 2003:208). A pobreza e a desigualdade, embora não seja produto do capitalismo é neste modo de produção que cresce e se acentua (id. 2003:9).

A desigualdade social no Brasil e na América latina é resultado do “descompasso histórico em relação ao que é real em outras partes” (Martins, 2000: p.29), mas que aqui chega incompleto. A modernidade é apenas aparente, ela se concretiza no imaginário através do consumo – no uso de signos. As misérias como o desemprego e o subemprego não fazem parte do moderno, ainda que sejam partes integrantes da modernidade juntamente com os valores e as mentalidades produzidas pelo desenvolvimento dependente. Nos países latino-americanos, como no Brasil, “mais se fala da modernidade do que ela efetivamente é” (Martins, 2000:18).

Mas não é só a pobreza que é acobertada pela pelo falso moderno imposto pelo capital, “estamos em face de uma nova mentalidade, a mentalidade do moderno colonizado”(Martins, 1997:23). As desigualdades, mascaradas, ocultadas não são desigualdades que surgiram nas últimas décadas, embora tenham se tornado mais visível e mais acentuada. A modernidade, ainda que na concepção globalizante, é constituída pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social e, é constituído também pela imensa e crescente miséria a nível global.

Somado a historicidade das desigualdades econômicas e sociais considera-se o crescimento populacional, pois não há como ser ignorado, ou não é possível pensar em inclusão social se não for considerado. A população mundial entre 1925 e 1975 pulou de 2 bilhões para 4 bilhões e entre 1975 e 1990 têm acréscimo de 1,3 bilhões. A projeção para 2025 indica 8,5 bilhões de pessoas, no caso do Brasil estima-se, para o mesmo período, 245 milhões de habitantes (Santos, 2008: 286).

No geral a tendência é que metade desta população tenha que viver em situação precária, “em cidades congestionadas, sem habitação, sem saneamento adequado, sem serviços sociais mínimos, a braços com a fome e o desemprego de vastas massas de população, com o colapso ecológico e provavelmente a violência” (id. 2008:287).

## **EXCLUSÃO, INCLUSÃO E ADMINISTRAÇÃO**

As cidades crescem rapidamente sem absorver toda a mão-de-obra ofertada. Com o avanço da tecnologia cada vez mais as máquinas substituem o homem e cada vez mais o homem precisa se adaptar as novas formas de trabalho. O homem precisa descobrir em si à agilidade em se transformar conforme as características necessárias para novas atividades.

A crise do capitalismo dos anos 1970 força a reestruturação produtiva para redução de custos de produção e produção em escala. Tal reestruturação foi possível graças ao avanço tecnológico e científico. A reestruturação produtiva vem acompanhada de uma transformação do trabalho, quanto mais há uma reestruturação produtiva maior é a desestruturação no mercado de trabalho. As oportunidades de trabalho se reduzem e aumenta o contingente de desempregados

“Milhares de pessoas ficaram excluídas da possibilidade de acesso à um trabalho e num maior grau a um trabalho digno” (Rezera e Losano, 2007: 90,91).

Embora a estabilidade do trabalho no Brasil tenha sofrido grande impacto com a crise mundial na década de 1970, em decorrência das alterações nos modelos de produção, é na década de 1990 que as transformações se acentuam. Os próprios trabalhadores pressionam os sindicatos para que aceitem as propostas das empresas com flexibilizações nas funções de trabalho (Singer, 2005). Ocorrem fusões, incorporações e privatizações. A terceirização é largamente adotada, e as empresas passam a dar ênfase apenas à sua atividade fim, acentua-se, com isso, a precarização do trabalho. Até mesmo a atividade fim pode ser executada fora da empresa, através de subcontratação. A divisão do trabalho se dá entre terceirizados, subcontratados, trabalhador formal e trabalho a domicílio.

Gradualmente o emprego se desloca “do setor de bens de produção para o setor de serviços”, com este deslocamento desaparecem atividades de trabalho e surgem novas (Piccinini, 2006:100). O trabalho permanente perde espaço para o trabalho informal e precarizado. As classes sociais são reestruturadas com estas mudanças, algumas ganham destaques e outras perdem poder aquisitivo.

O aumento do trabalho precário e elevação da taxa de desemprego no Brasil “ocorreu a partir de 1980, com a crise da dívida externa” agravando-se em 1990 com a “promoção de diversas políticas de ajuste econômico” (Pochmann, 2004:25), com o agravamento da crise do emprego foram estimulados as formações de cooperativas de trabalhadores, entretanto para Piccinini (2006:100) “a legislação que aprovou as cooperativas de trabalho, o abono da política salarial, o emprego temporário com rendimentos e encargos sociais” contribui para a precarização das condições e relações do trabalho.

Os pobres, os fracos não são empurrados para a fora da sociedade. O que de fato ocorre é que o processo de deslocamento (como desenraizção da terra e a introdução da tecnologia nos meios de produção eliminando postos de trabalho, operados na racionalidade capitalista) os empurra para condições subalternas dentro do sistema econômico. “A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão”. Não existe exclusão o que existe são contradições “a exclusão deixa de ser concebida como *expressão de contradição* (grifo do autor) no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um *estado*, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal” Martins (1997:17). O que chamam de exclusão gera a nova desigualdade. Portanto, não existe exclusão, existem vítimas de processos sociais, político e econômicos excludentes (id. 1997).

Este processo de exclusão e reinclusão no sistema de produção deram visibilidade à exclusão porque vem ocorrendo demora para a inclusão. O modo que o trabalhador encontra para ser incluído, frente a esta demora, implica certa degradação (Martins, 1997).

Para evitar esta demora animadores sociais incentivam o trabalho coletivo autogestionário<sup>3</sup>. O trabalho coletivo autogestionário é uma proposta de inclusão social, política e econômica com base na solidariedade e reciprocidade. É, pois uma forma de produção e de consumo alicerçada na igualdade de participação dos trabalhadores, na administração compartilhada do empreendimento e, no compromisso de não agressão ao ecossistema e de preço justo.

É assim uma forma de produção e de consumo sustentada na igualdade de participação dos trabalhadores, na gestão compartilhada e, no compromisso de não agressão ao ecossistema e de preço justo.

Estas organizações de trabalho em cooperação dependem da ajuda de animadores sociais - entidades ligadas ao governo, Igrejas, Universidade, sindicatos e organizações não-governamentais - para se estruturarem, produzirem, comercializarem e administrar os empreendimentos, além de ajuda financeira – que de uma forma ou outra acaba tendo como fonte no sistema capitalista.

O trabalho coletivo autogestionário é uma proposta de inclusão social, política e econômica baseado na solidariedade e reciprocidade dos atores envolvidos. Neste modelo de produção e de consumo o alicerce está, além do trabalho coletivo e autogestão, na igualdade entre os participantes. O trabalho coletivo é uma proposta de emancipação e de educação democrática, pois sua construção se fundamenta na prática democrática – a gestão compartilhada entre todos os participantes.

Entretanto, as experiências relatadas em Santos<sup>4</sup> surgiram de iniciativas de atores externos, com apoio financeiro de instituição públicas, ONGs ou Igrejas. Tais relatos mostraram que os empreendimentos de trabalho coletivo necessitam de uma administração capaz de garantir que permaneçam ativos e produtivos.

Boaventura de Souza Santos nos alerta que “o futuro prometido pela modernidade não tem, de facto, futuro”. E desta forma propõe um desafio – “reinventar o futuro abrir um novo horizonte de possibilidades, cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser”(2008:322).

E nesta reinvenção, porque não aceitar este desafio experimentando viveres respeitando a subjetividade? Porque não “socializar” o conhecimento da administração e permitir que cada um

use estes conhecimentos a critério de sua própria escolha? Porque não deixar brotar e experimentar células produtivas independentes e ao mesmo tempo interdependentes em um sistema democrático? Pois para Boaventura de Souza Santos “o socialismo é a democracia sem fim” (id.:277).

Nota de rodapé

3 e 4 – Experiências de resistência à globalização neoliberal estão em Produzindo para viver: os caminhos da produção não capitalista de Boaventura de Souza Santos.

## CONCLUSÃO

Se o trabalho coletivo é uma proposta de resgate da população marginalizada no sistema capitalista é então, necessário uma estrutura organizada de apoio visto que não é só de ajuda financeira que esta população carece. Certamente que os administradores podem – e devem – auxiliar os sociólogos, os cientistas sociais, os assistentes sociais e demais animadores sociais. Cabem aos administradores – não que os animadores não possam fazê-lo – repassar conhecimentos pertinentes à administração, pois assim o conhecimento necessário seria transmitido de maneira mais rápida e eficaz.

Qual o motivo da Administração, embora integrante das Ciências Humanas, ser excluída dos debates sobre inclusão social? Seria omissão dos administradores? Ou o administrador seria visto como o representante do inimigo, isto é, representante do capitalismo? Na ausência de administradores nas estruturas de apoio à inclusão social corre-se o risco de se praticar uma inclusão perversa?

Não há como negar que o administrador é peça chave neste processo, partindo da premissa de que os animadores sociais pensam primeiramente na inclusão econômica para através dela alcançar a inclusão social, isto é, a inclusão econômica como ferramenta para conquistar a inclusão social. Os conhecimentos dos animadores sociais, a priori, abrangem o social e não o econômico.

## Referencias bibliográficas

- REZERA, Danielle; LOZANO Lina Giraldo. **Transformações do trabalho e marginalização social e perspectivas na América Latina**. Revista de Economia Política e História Econômica, número 07, junho de 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- MANTEGA, Guido. **O Nacional-desenvolvimentismo**. IN: Economia Política Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARTINS, José de Souza 1997. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997
- MARTINS, José de Souza. **As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil**. In: Martins, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Huitec, 2000.
- PICCININI, V.C; OLIVEIRA, S.R de & RÜBENICH, N.V. **Formal, Flexível e Informal? – reflexões sobre o trabalho no Brasil**. IN: PICCININI, V.C et alii (ORG) O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea. Persistências e inovações. Porto Alegre, EdUFRGS, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. **Sistemas alternativos de produção**. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Cortez, 2005.